

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

CESGRANRIO

800

QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CESGRANRIO

FUNDAÇÃO CESGRANRIO

800 QUESTÕES GABARITADAS



CÓD: SL-163JH-26
7901183001590

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	69
3. Informática.....	91
4. Direito Constitucional	111
5. Direito Administrativo.....	121
6. Administração Geral e Pública	143
7. Direito Penal	167
8. Direito Processual Penal	189
9. Direito Civil.....	209
10. Direito Processual Civil.....	231

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CESGRANRIO - 2024)

A Bela e a Fera

Um dos desejos de minha infância foi habitar um palácio como o da Bela e da Fera, evidente que sem a Fera. Tinha tudo do bom e do melhor naquele palácio. As luzes se acendiam à passagem da moça, a mesa estava posta, havia solidão e silêncio, ninguém enchia o saco dela, a Fera providenciava tudo e ainda fazia o favor de não aparecer, não queria assustá-la.

Eu imaginava um palácio mais modesto, seria a minha própria casa, apenas com um acréscimo: em todas as paredes haveria umas torneirinhas que despejariam guaraná no meu copo. Eu era louco por guaraná, ficava triste quando tomava um, confinado numa garrafa bala, que mal dava para encher um copo.

Queria mais, e muito, daí que sonhava com torneirinhas em todas as paredes, bastava abri-las e o guaraná geladinho jorraria para matar a minha sede e me tontear de prazer.

A injúria do tempo, somada ao desgaste dos anos, sepultou o delírio, mas fui fiel a ele, não tive outros pela vida afora. Esqueci a Bela e a Fera, o Palácio Encantado, as torneirinhas jorrando guaraná.

Eis que, deixando de ler historinhas infantis, de repente descobri um sucedâneo, bem verdade que às avessas: a internet. Ela não me deslumbra como os contos de Grimm e Perrault; pelo contrário, me aterroriza, mas tem alguma coisa de encantado. Toda vez que abro a caixa postal, é como se abrisse a torneirinha daquele palácio que a memória não esqueceu, mas a vida demoliu.

Não recebo o guaraná mágico para matar minha sede e me tontear de prazer. Recebo mensagens propondo regimes de emagrecimento, oferecem-me terrenos que não quero comprar e viagens que não pretendo fazer. Vez ou outra, pinga uma gota de afeto – mal dá para encher o copo e embromar a sede.

Ouvi dizer que a internet está na Idade da Pedra, mais um pouco ela poderá me dar mais e melhor. Um dia abrirei o computador e terei o guaraná que não me-reço.

Acesso em: 8 fev. 2024. Adaptado.

No trecho do parágrafo 2 “em todas as paredes **haveria** umas torneirinhas que **despejariam** guaraná no meu copo.”, as formas verbais destacadas em negrito expressam a noção de

- (A) dever
- (B) desejo
- (C) certeza
- (D) obrigação
- (E) necessidade

2. (CESGRANRIO - 2021)

Privacidade digital: quais são os limites

Atualmente, somos mais de 126,4 milhões de brasileiros usuários de internet, representando cerca de 69,8% da população com 10 anos ou mais. Ao redor do mundo, cerca de 4 bilhões de pessoas usam a rede mundial, sendo que 2,9 bilhões delas fazem isso pelo *smartphone*.

Nesse cenário, pensar em privacidade digital é (quase) utópico. Uma vez na rede, a informação está registrada para sempre: deixamos rastros que podem ser descobertos a qualquer momento.

Ainda assim, mesmo diante de tamanha exposição, essa é uma discussão que precisa ser feita. Ela é importante, inclusive, para trazer mais clareza e consciência para os usuários. Vale lembrar, por exemplo, que não são apenas as redes sociais que expõem as pessoas. Infelizmente, basta ter um endereço de *e-mail* para ser rastreado por diferentes empresas e provedores.

A questão central não se resume somente à política de privacidade das plataformas X ou Y, mas, sim, ao modo como cada sociedade vem paulatinamente estruturando a sua política de proteção de dados.

A segurança da informação já se transformou em uma área estratégica para qualquer tipo de empresa. Independentemente da demanda de armazenamento de dados de clientes, as organizações têm um universo de dados institucionais que precisam ser salvaguardados.

Estamos diante de uma realidade já configurada: a coleta de informações da internet não para, e esse é um caminho sem volta. Agora, a questão é: nós,

clientes, estamos prontos e dispostos a definir o limite da privacidade digital? O interesse maior é nosso! Esse limite poderia ser dado pelo próprio consumidor, se ele assim quiser? O conteúdo é realmente do usuário?

Se considerarmos a atmosfera das redes sociais, muito possivelmente não. Isso porque, embora muitas pessoas não saibam, a maioria das redes sociais prevê que, a partir do momento em que um conteúdo é postado, ele faz parte da rede e não é mais do usuário.

Daí a importância da conscientização. É preciso que tanto clientes como empresas busquem mais informação e conteúdo técnico sobre o tema. Às organizações, cabe o desafio de orientar seus clientes, já que, na maioria das vezes, eles não sabem quais são os limites da privacidade digital.

Vivemos em uma época em que todo mundo pode falar permanentemente o que quer. Nesse contexto, a informação deixou de ser algo confiável

e cabe a cada um de nós aprender a ler isso e se proteger. Precisamos de consciência, senso crítico, responsabilidade e cuidado para levar a internet a um outro nível. É fato que ela não é segura, a questão, então, é como usá-la de maneira mais inteligente e contribuir para fortalecer a privacidade digital? Essa é uma causa comum a todos os usuários da rede.

Disponível em: <<https://digitalks.com.br/artigos/privacidade-digital-qualis-sao-os-limites>>. 7/04/2019. Acesso em: 3 fev. 2021.

Adaptado.

No trecho “Esse limite **poderia** ser dado pelo próprio consumidor, se ele assim quiser?” (parágrafo 6), a forma verbal destacada expressa a noção de

- (A) dever
- (B) certeza
- (C) hipótese
- (D) obrigação
- (E) necessidade

3. (CESGRANRIO - 2022)

Uma cena

É de manhã. Não num lugar qualquer, mas no Rio. E não numa época qualquer, mas no outono. Outono no Rio. O ar é fino, quase frio, as pedras portuguesas da calçada estão úmidas. No alto, o céu já é de um azul escandaloso, mas o sol oblíquo ainda não conseguiu vencer os prédios e arrasta seus raios pelo mar, pelas praias, por cima das montanhas, longe dali. Não chegou à rua. E, naquele trecho, onde as amendoeiras trançam suas copas, ainda é quase madrugada.

Mesmo assim, ela já está lá – como se à espera do

É uma senhora de cabelos muito brancos, sentada em sua cadeira, na calçada. Na rua tranquila, de pouco movimento, não passa quase ninguém a essa hora, tão de manhãzinha. Nem carros, nem pessoas. O que há mais é o movimento dos porteiros e dos pássaros. Os primeiros, com suas vassouras e mangueiras, conversando sobre o futebol da véspera. Os segundos, cantando – dentro ou fora das gaiolas.

Mas, mesmo com tão pouco movimento, a senhora já está sentada muito ereta, com seu vestido estampado, de corte simples, suas sandálias. Tem o olhar atento, o sorriso pronto a cumprimentar quem surja. No braço da cadeira de plástico branco, sua mão repousa, mas também parece pronta a erguer -se num aceno, quando alguém passar.

É uma cena bonita, eu acho. Cena que se repete todos os dias. Parece coisa de antigamente.

Parece. Não fosse por um detalhe. A senhora, sentada placidamente em sua cadeira na calçada, observando as manhãs, está atrás das grades.

Meu irmão, que foi morar fora do Brasil e ficou 15 anos sem vir aqui, ao voltar só teve um choque: as grades. Nada mais o impressionou, tudo ele achou normal. Fez comentários vagos sobre as árvores crescidas no Aterro, sobre o excesso de gente e carros, tudo sem muita ênfase. Mas e essas grades, me perguntou, por que todas essas grades? E eu, espantada com seu espanto, eu que de certa forma já me acostumara à paisagem gradeada, fiquei sem saber o que dizer.

Penso nisso agora, ao passar pela rua e ver aquela senhora. Todos os dias, o porteiro coloca ali a cadeira para que ela se sente, junto ao jardim, em frente à portaria, por trás da proteção do gradil pintado com tinta cor de cobre. E essa cena tão singela, de sabor tão antigo, se desenrola assim, por trás de barras de ferro, que mesmo sendo de alumínio para não enferrujar são de um ferro simbólico, que prende, constrange, restringe.

Eu, da calçada, vejo-a sempre por entre as tiras verticais de metal, sua figura frágil me fazendo lembrar os passarinhos que os porteiros guardam nas gaiolas, pendurados nas árvores.

SEIXAS, Heloisa. *Contos mínimos*. Rio de Janeiro: Record, 2001

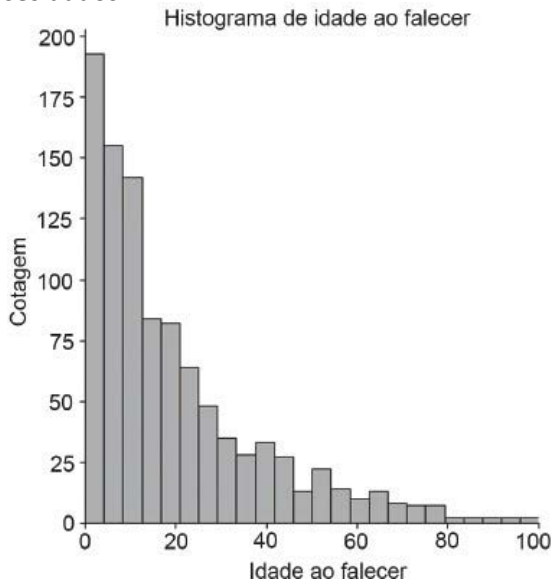
O emprego do pronome oblíquo em destaque respeita a norma-padrão da língua em:

- (A) Quando perguntaram sobre as grades, fiquei sem saber o que **lhes** dizer.
- (B) O sol oblíquo nasce atrás dos prédios, mas ainda não conseguiu vencer **lhes**.
- (C) A velha senhora está sempre lá. Já espero **lhe** ver

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (CESGRANRIO - 2024)

O Instituto de Geografia e Estatística de determinado país, interessado em estudar a expectativa de vida da população desse país, levantou dados sobre a idade ao falecer de uma amostra aleatória de pessoas já falecidas. O histograma a seguir consolida a distribuição desses dados.



Considerando-se que a distribuição da idade ao falecer não tenha se alterado entre o início da coleta dos dados e o momento da análise, a fração da população que vive mais do que o tempo de vida médio da população é

- (A) menor do que 50%
- (B) igual a 50%
- (C) maior do que 50%, mas menor ou igual a 75%
- (D) maior do que 75%, mas menor ou igual a 90%
- (E) maior do que 90%

2. (CESGRANRIO - 2025)

Um banco implementou um sistema de detecção de fraudes para monitorar transações realizadas com seu cartão de crédito. O sistema utiliza modelos probabilísticos para identificar transações suspeitas, com base em padrões históricos.

Os analistas sabem que:

- Apenas 1% de todas as transações são fraudulentas.

- Quando uma transação é fraudulenta, o sistema a classifica como “suspeita” em 95% dos casos (taxa de acerto).

- Quando uma transação não é fraudulenta, o sistema ainda a classifica como “suspeita” em 5% dos casos (falso positivo).

Se o sistema classificou uma transação como suspeita, a probabilidade de ela realmente ser fraudulenta é de, aproximadamente,

- (A) 16%
- (B) 26%
- (C) 46%
- (D) 66%
- (E) 76%

3. (CESGRANRIO - 2024)

Um dado comum tem seis faces equiprováveis numeradas de 1 a 6. Um jogador lança três dados comuns e independentes — um vermelho, um verde e um azul — e anota a soma dos três números obtidos.

Sabendo-se que o total é maior ou igual a 16, qual é a probabilidade condicional de que os dados verde e azul marquem o mesmo número?

- (A) $1/6$
- (B) $1/5$
- (C) $1/3$
- (D) $2/5$
- (E) $1/2$

4. (CESGRANRIO - 2024)

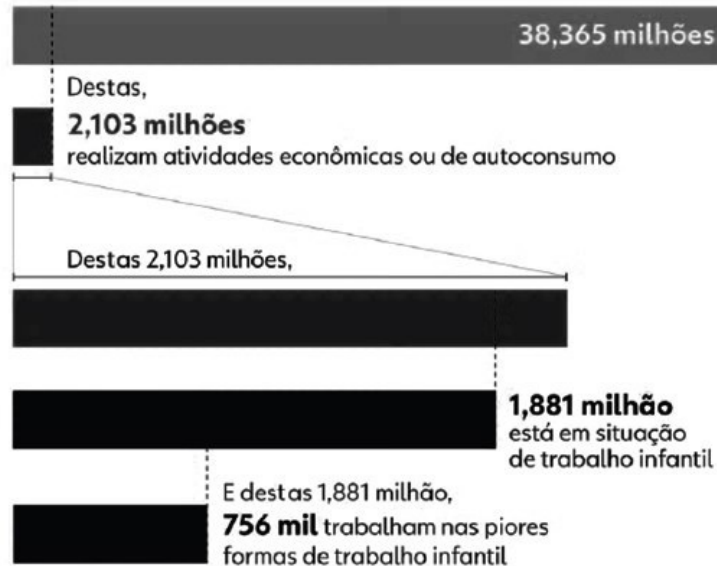
Considere a matéria a seguir, sobre a dura realidade do trabalho infantil no Brasil.

Quase 5% das crianças e adolescentes do país estão em situação de trabalho infantil, aponta IBGE. O Brasil tem um total de 38,365 milhões de pessoas com idade de 5 a 17 anos. Destas, 2,103 milhões realizam atividades econômicas ou de autoconsumo, estando 1,881 milhão em situação de trabalho infantil, o equivalente a 4,9% do total de pessoas entre 5 e 17 anos no país, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa também apontou que, em 2022, 756 mil crianças e adolescentes

exerciam atividades da Lista TIP, do governo federal, que elenca as piores formas de trabalho infantil no país. No geral, são serviços que envolvem risco de acidentes ou são prejudiciais à saúde, como trabalho na construção civil, em matadouros, oficinas mecânicas, comércio ambulante em locais públicos, coleta de lixo, venda de bebidas alcoólicas, entre outras atividades.

O trabalho infantil* no Brasil

Total de pessoas de 5 a 17 anos no Brasil:



*A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho infantil como aquele que é perigoso e prejudicial para a criança/adolescente e que interfere na sua escolarização

A pesquisa do IBGE considera duas categorias de atividades:

- econômica, que é a de quem trabalhou pelo menos 1 hora completa e foi remunerado em dinheiro, produtos, benefícios, etc., ou que não teve remuneração direta, mas atuou para ajudar a atividade econômica de algum parente.
- de autoconsumo, que incluem pesca, criação de animais, fabricação de roupas, construção de imóveis e outras que sejam para uso exclusivo da pessoa ou de parentes.

E nem todas as pessoas de 5 a 17 anos que exercem essas atividades se enquadram na situação de trabalho infantil.

Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/12/20/quase-5percent-das-criancas-e-adolescentes-do-pais-estao-em-situacao-de-trabalho-infantil-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 dez 2023. Adaptado.

Nesse contexto, considere que uma pessoa de 5 a 17 anos é escolhida ao acaso e que se deseja estimar a probabilidade de que essa pessoa exerça trabalho infantil, mas não em uma de suas piores formas, que são elencadas na lista TIP, dado que ela realiza atividades econômicas ou de autoconsumo.

Essa probabilidade é, aproximadamente, de

- (A) 2,9%
- (B) 35,9%
- (C) 46,5%
- (D) 53,5%
- (E) 59,8%

INFORMÁTICA

1. (CESGRANRIO - 2023)

Um colaborador de uma empresa precisa restaurar uma versão específica de um documento que está sendo editado no aplicativo Word do Microsoft Office 365.

Para verificar as versões do documento que estão disponíveis para a restauração, o colaborador deve selecionar o menu

- (A) Arquivo, escolher a opção *Histórico* e selecionar a opção *Controle de Versões*.
- (B) Arquivo, escolher a opção *Sobre* e selecionar a opção *Controle de Versões*.
- (C) Arquivo, escolher a opção *Informações* e selecionar a opção *Histórico de Versões*.
- (D) Revisão, selecionar a opção *Controlar Alterações* e selecionar a opção *De todas as Pessoas*.
- (E) Revisão, selecionar a opção *Controlar Alterações* e selecionar a opção *Somente as Minhas*.

2. (CESGRANRIO - 2023)

Um recurso bastante comum em editores de texto, como o Word da Microsoft, é poder associar um estilo a um trecho de texto. Dois estilos muito comuns são denominados "Normal" e "Título".

Uma característica desses estilos em um documento Word é que eles

- (A) afetam a orientação da página (retrato ou paisagem).
- (B) definem o tamanho das margens do documento.
- (C) determinam aspectos de formatação de texto, como, por exemplo, qual a fonte e o seu tamanho.
- (D) funcionam apenas em parágrafos inteiros do documento.
- (E) podem ser usados apenas uma vez em um documento.

3. (CESGRANRIO - 2022)

Suponha que você precise preparar um relatório no Microsoft Word no formato horizontal.

Ao configurar o *layout* do documento, que estilo de página você deve utilizar?

- (A) Padrão
- (B) Paisagem
- (C) Galeria

- (D) HTML
- (E) Index

4. (CESGRANRIO - 2021)

Um colaborador da empresa utilizou o Word do Microsoft Office 365 para produzir um documento. Depois que o documento foi salvo, o usuário pressionou o botão *Compartilhar* para acessar a janela *Enviar link*. Nessa janela, selecionou a opção *Especificar pessoas*, marcou a opção *Permitir edição*, desativou a opção *Abrir somente em modo de revisão* e pressionou o botão *Aplicar*. De volta à janela *Enviar link*, forneceu os endereços de e-mail das pessoas que deveriam receber o link de compartilhamento do documento e pressionou o botão *Enviar*. Em seguida, uma janela com a mensagem de confirmação de envio foi apresentada.

Depois de abrir o documento novamente no Word do Microsoft Office 365, o usuário poderá saber quem fez alterações recentes no seu documento se clicar em

- (A) *Acompanhar edição*
- (B) *Acompanhar alterações*
- (C) *Acompanhar revisões*
- (D) *Ficar em dia*
- (E) *Novidades*

5. (CESGRANRIO - 2026)

Durante uma avaliação de conforto luminoso em um edifício de escritórios, os níveis de iluminância (em lux) em diferentes ambientes foram medidos e classificados conforme o turno de uso. Os dados foram lançados na planilha Excel apresentada a seguir.

	A	B	C
1	Iluminância (lux)	Ambiente	Turno
2	350	Recepção	Diurno
3	910	Sala da Chefia	Diurno
4	300	Recepção	Noturno
5	870	Sala da Gerência	Diurno
6	800	Sala da Gerência	Noturno
7			

O arquiteto responsável por essa avaliação desejava identificar, a partir de uma fórmula no Excel, o ambiente de uso diurno com o maior valor de iluminância.

Nesse cenário, a fórmula que retorna o nome do ambiente com maior iluminância dentre os registros diurnos é

- (A) =SE(C2:C6="Diurno"; A2:A6)
- (B) =MÁXIMO(SE(C2:C6="Diurno"; A2:A6))
- (C) =MÁXIMO(SE(A2:C6="Diurno"; C2:C6))
- (D) =PROCV(MÁXIMO(SE(C2:C6="Diurno"; A2:A6)); A2:C6; 2; 0)
- (E) =PROCV(MÁXIMO(SE(C2:C6="Diurno"; A2:A6)); A2:C6; 3; 0)

6. (CESGRANRIO - 2024)

Em uma planilha eletrônica vazia do MS Excel 2016, um usuário preencheu as células J1, K1 e L1, respectivamente, com os valores 10, 30 e 50. Considerando-se esses valores, esse usuário deseja que a soma dos valores maiores que 10 seja exibida na célula M1. Nesse cenário, para que a célula M1 exiba o valor desejado, é adequado utilizar, nessa célula, a seguinte fórmula:

- (A) =SOMASE(J1:L1; >10)
- (B) =SOMASE(J1:L1;">10")
- (C) =SOMASE(">10";J1:L1)
- (D) =SOMASE(">10";J1;L1)
- (E) =SOMASE (J1;K1;L1;">10")

7. (CESGRANRIO - 2023)

Uma planilha está sendo editada no Excel do Microsoft Office 365 por vários coautores simultaneamente. Um dos coautores deseja fazer uma classificação e uma filtragem nos dados da planilha sem afetar o trabalho dos demais coautores e sem ter que fazer uma cópia da planilha. Para isso, esse coautor deve selecionar o menu

- (A) Dados e pressionar o botão Novo para criar um espelhamento dos dados da planilha.
- (B) Revisão e pressionar o botão Novo para criar um espelhamento dos dados da planilha.
- (C) Exibir e pressionar o botão Novo para criar um novo modo de exibição de planilha.
- (D) Inserir e pressionar o botão Novo para criar um novo modo de exibição de planilha.
- (E) Inserir e pressionar o botão Novo para criar uma nova imagem dos dados da planilha

8. (CESGRANRIO - 2023)

Sejam os seguintes dados de uma planilha confeccionada no Excel 365:

	A	B
1	CODPECA	VALOR
2	P101	R\$ 5,00
3	P102	R\$ 13,00
4	P103	R\$ 2,00
5	P104	R\$ 26,00
6	P105	R\$ 7,00
7	P106	R\$ 10,00

Na célula C10 dessa planilha, está inserida a seguinte fórmula:

=CONT.SE(B2:B6;"<=R\$ 10,00")

Ao executar essa fórmula, o valor que aparecerá na célula C10 é

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

9. (CESGRANRIO - 2023)

Considere uma empresa que oferece serviços na área de turismo. Os gestores dessa empresa querem acompanhar dados de desempenho (aumento e diminuição), mês a mês, nos últimos 24 meses, relativos à quantidade de pessoas que compraram pacotes de viagem para Bonito (MS).

O tipo de gráfico adequado para visualizar esses dados é o seguinte:

- (A) em rede
- (B) mapa de árvore
- (C) linha
- (D) mapa de calor
- (E) pizza (ou (E))

10. (CESGRANRIO - 2023)

Um agente comercial utilizando uma planilha Microsoft Excel 365, versão em português, em determinada operação de acompanhamento de despesas, lança na célula K2 a seguinte fórmula:

=F\$2+G1-\$H2

Em seguida, ele copia essa célula (K2) para a célula K6.

A fórmula resultante na célula K6 será

- (A) =F\$2+G1-\$H3
- (B) =F\$2+G5-\$H6

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Sobre os conceitos de povo, nação e população, assinale a alternativa correta.

- (A) No conceito de povo incluem-se, além dos natos e naturalizados, os estrangeiros e os apátridas.
- (B) Povo é o conjunto de indivíduos, ligados a um determinado território. São as pessoas titulares de direito político.
- (C) No conceito de população estão incluídos os apenas os brasileiros natos e naturalizados.
- (D) Nação é mera expressão numérica, demográfica ou econômica que não revela o vínculo existente entre a pessoa e o Estado
- (E) Povo é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pelos ideais e aspirações comuns.

2. (2022)

Considere os seguintes itens:

- I. a soberania.
- II. a plenitude de defesa.
- III. o pluralismo político.
- IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

3. (2023)

Ana, Inês e Bruna realizaram um debate científico a respeito da denominada eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Ana observou que essa eficácia é sempre indireta, exigindo a intermediação legislativa para indicar as situações em que deve ocorrer. Inês, por sua vez, observou que somente é possível se falar em eficácia horizontal quando o particular, contra o qual é oponível o direito, for equiparado ao Estado. Bruna, por sua vez, afirmou que é errado segmentar a eficácia dos direitos fundamentais no plano horizontal, o que decorre da indivisibilidade que caracteriza essa espécie de direito,

que não pode deixar de produzir efeitos idênticos em qualquer plano.

À luz dos aspectos que têm caracterizado a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, é **correto** concluir, em relação às afirmações de Ana, Inês e Bruna, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) todas estão erradas;
- (C) apenas a afirmação de Inês está certa;
- (D) apenas a afirmação de Bruna está certa;
- (E) apenas as afirmações de Ana e Inês estão certas.

4. (2023)

Joana, Maria e Antônio travaram um debate a respeito de algumas características dos direitos sociais à luz da sistemática constitucional. Joana sustentava que, na maior parte das vezes, mas não sempre, assumiam contornos prestacionais. Maria defendia que direitos dessa natureza são sempre compreendidos na perspectiva do agregado social, não sendo possível perquirir a sua fruição, ou não, em uma perspectiva individualista. Antônio, por sua vez, defendia que as liberdades fundamentais e os direitos sociais devem ser compreendidos na perspectiva da indivisibilidade dos direitos fundamentais.

Inês, ao analisar as afirmações apresentadas, concluiu, corretamente, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente as afirmações de Joana e Antônio estão certas, enquanto a de Maria está errada;
- (C) somente a afirmação de Maria está certa, enquanto as de Joana e Antônio estão erradas;
- (D) somente a afirmação de Joana está certa, enquanto as de Maria e Antônio estão erradas;
- (E) somente as afirmações de Maria e Antônio estão certas, enquanto a de Joana está errada.

5. (2022)

Sobre os Direitos Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) É incorreto afirmar-se que os direitos fundamentais são absolutos, uma vez que tanto outros direitos fundamentais como outros valores constitucionais podem limitá-los.

(B) A característica da universalidade dos direitos fundamentais está presente tanto no polo passivo quanto no polo ativo das relações jurídicas que permeiam um direito fundamental.

(C) Os direitos fundamentais, assim como os direitos humanos, estão consagrados expressamente em diplomas legislativos com base constitucional.

(D) A aplicabilidade dos direitos fundamentais coletivos depende da edição de normas reguladoras de relações jurídicas.

(E) A previsão constitucional de um determinado direito fundamental vincula automaticamente o Poder Executivo e o Poder Judiciário, mas não o Poder Legislativo.

6. (2022)

No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos na CF, assinale a opção **correta**.

(A) Pelo fato de o Brasil adotar uma Constituição analítica, são reconhecidos como direitos fundamentais apenas aqueles expressos no texto constitucional.

(B) Apenas têm o *status* de direitos fundamentais aqueles indicados no art. 5.º da CF.

(C) Estrangeiros não residentes no Brasil não podem ser titulares de direitos fundamentais no país.

(D) O processo de reconhecimento das gerações de direitos fundamentais tem caráter cumulativo, de modo que gerações subsequentes não excluem as anteriores.

(E) Para a incorporação ao direito brasileiro de um tratado internacional de direitos humanos, é bastante que ele seja aprovado nas duas casas do Congresso Nacional.

7. (2025)

Ana almejava iniciar uma atividade econômica inovadora, que possibilitava a personalização de serviços de arquitetura com o uso de um sofisticado *software*, que conjugava conceitos técnicos com os interesses do cliente. Ao analisar a lista de serviços reconhecida em lei do Município Alfa, onde exploraria sua atividade, constatou que essa atividade não estava ali inserida, quer a título de permissão, quer a título de restrição.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

(A) Ana pode explorar livremente sua atividade econômica em razão da ausência de restrição legal.

(B) Ana não pode explorar sua atividade enquanto não for suprida a lacuna existente na lei municipal.

(C) Ana deve requerer que Alfa supra a lacuna legislativa, a qual, não sendo suprida em trinta dias, não obstará a exploração da atividade.

(D) em razão da consagração da livre iniciativa, a atividade econômica não pode sofrer restrições legais, logo, não há óbice para a atividade de Ana.

(E) em razão da função social da empresa, a depender do número de vagas de trabalho oferecidas, Ana pode explorar a atividade econômica antes da regulamentação.

8. (2024)

José foi condenado por crime com base em prova obtida por meio de abertura de encomenda postada nos correios, feita sem autorização do juiz, em razão da existência de fortes suspeitas da prática de crimes.

Diante do exposto, é **correto** afirmar que a referida condenação

(A) é nula, pois a garantia de sigilo também se aplica às encomendas postadas nos correios, que não podem ser abertas para a obtenção de provas, sem autorização judicial, mesmo quando houver fortes suspeitas da prática de crimes.

(B) é nula, pois sem autorização judicial é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote, encomenda ou qualquer meio análogo.

(C) é válida, pois é lícita a prova sempre que obtida por meio de abertura de encomenda, quando postada nos Correios, empresa de natureza pública, sem a necessidade de autorização do juiz.

(D) é nula, pois é ilícita a prova obtida em razão de violação ao sigilo das comunicações, direito fundamental absoluto previsto na Constituição.

(E) é válida, pois a garantia de sigilo não se aplica às encomendas postadas nos correios, que podem ser abertas para a obtenção de provas quando houver fortes suspeitas da prática de crimes, sem a necessidade de autorização judicial.

9. (2024)

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) Para a doutrina majoritária, a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais se limita ao reconhecimento da existência de direitos e garantias de natureza individual, em paralelo ao disposto no art. 5º da Constituição Federal.

(B) É a dimensão objetiva dos direitos fundamentais que possibilita que o titular do direito possa utilizar-

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CESGRANRIO - 2024)

Ao visualizar um amigo de infância na longa fila dos guichês de atendimento na agência bancária, um técnico bancário que realizava atendimentos por ordem de senhas pede que seu amigo ultrapasse os demais clientes para que seja desde logo atendido. De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública, o comportamento do técnico bancário

- (A) viola o princípio da publicidade.
- (B) viola o princípio da moralidade.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (E) está em conformidade com o princípio da eficiência

2. (CESGRANRIO - 2024)

Disposto a agradar a família de sua noiva, um engenheiro de uma instituição pública federal aprova, em visita técnica, a instalação de uma agência bancária em imóvel de propriedade de seu futuro sogro, a ser alugado e impróprio para essa finalidade. De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

- (A) está em conformidade com o princípio da eficiência.
- (B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) viola o princípio da impessoalidade.
- (E) viola o princípio da legalidade

3. (CESGRANRIO - 2024)

Não vislumbrando riscos aparentes na obra de reforma de uma agência bancária, o engenheiro de uma instituição federal, em visita técnica ao local, a fim de agilizar o cronograma de execução da obra e reduzir custos, resolve dispensar os operários de utilizar os equipamentos obrigatórios de segurança, em razão do enorme calor que assolava o bairro e atrasava sobremaneira o andamento dos trabalhos.

De acordo com os princípios da Administração Pública, a conduta do engenheiro

- (A) está em conformidade com o princípio da eficiência.
- (B) está de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- (C) viola o princípio da hierarquia.
- (D) viola o princípio da impessoalidade.
- (E) viola o princípio da legalidade.

4. (CESGRANRIO - 2023)

Um administrador de empresas exerce cargo comissionado em determinado órgão público que está asseverado de requerimentos com pleitos diversos. Com o intuito de resolver o problema, cria sistema de metas, com prêmios de produtividade, buscando respaldo em autorização normativa recentemente aprovada. No caso em tela, está sendo realizado o princípio, aplicável à administração pública, da

- (A) moralidade
- (B) publicidade
- (C) eficiência
- (D) organização
- (E) solidariedade

5. (CESGRANRIO - 2018)

São princípios constitucionais que regem a administração pública, **EXCETO**

- (A) Legalidade
- (B) Impessoalidade
- (C) Moralidade
- (D) *Marketing*
- (E) Publicidade

6. (CESGRANRIO - 2018)

É considerado um princípio geral do direito administrativo, o princípio da

- (A) isonomia
- (B) dualidade
- (C) probabilidade
- (D) unitariedade
- (E) finalidade

7. (CESGRANRIO - 2024)

Considere os artigos do Decreto Lei nº 200/1967

sobre a estrutura organizacional da Administração Pública Federal.

Art. 1º. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado. Art. 2º. O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal. Art. 3º. Respeitadas as limitações estabelecidas na Constituição e observadas as disposições legais, o Poder Executivo regulará a estruturação e o funcionamento dos órgãos da Administração Federal. [...] Art. 6º. As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: planejamento; coordenação; descentralização; delegação de competência; controle.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 fev. 2024

Nas atividades da Administração Federal, a elaboração e a atualização de instrumentos, tais como o plano geral de governo, os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual, o orçamento-programa anual e a programação financeira de desembolso, obedecem diretamente ao seguinte princípio fundamental:

- (A) controle
- (B) planejamento
- (C) coordenação
- (D) descentralização
- (E) delegação de competência

8. (CESGRANRIO - 2024)

O analista de crédito de uma instituição financeira pública é responsável pela avaliação da viabilidade financeira e do risco de crédito dos projetos e empresas solicitantes. Ao tomar conhecimento de que a empresa de uma amiga de infância havia solicitado a concessão de um empréstimo à instituição, destinado a incrementar a realização de obras de engenharia civil, ele decide agilizar a análise para favorecê-la, possibilitando-lhe ultrapassar a longa fila de outras empresas postulantes. A conduta desse funcionário

- (A) contraria o princípio da hierarquia.
- (B) contraria o princípio da publicidade.
- (C) contraria o princípio da moralidade.
- (D) respeita o princípio da eficiência.
- (E) respeita o princípio da dignidade da pessoa humana.

9. (CESGRANRIO - 2023)

O prefeito de um município verificou que tinha sido deferida licença sem esteio legal para prática de ato de competência municipal. Após ser cientificado do ocorrido, editou portaria declarando nulo o deferimento e cancelando a licença. Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, a portaria municipal realiza o princípio da

- (A) preponderância
- (B) razoabilidade
- (C) comunidade
- (D) autotutela
- (E) iniciativa

10. (CESGRANRIO - 2023)

Determinado cidadão foi eliminado de concurso público, a investigação social, por ter cometido ilícito sete anos antes do certame. No recurso contra sua eliminação, aduziu que, além do tempo decorrido, passou a exercer outro cargo público, onde permanece, com elogios a sua atuação. Nos termos dos princípios aplicáveis à administração pública, o ato que eliminou o cidadão do concurso ofende a

- (A) veracidade
- (B) necessidade
- (C) validade
- (D) publicidade
- (E) proporcionalidade

11. (CESGRANRIO - 2018)

A logística inbound de uma empresa é o setor da logística que, entre outras atividades, realiza a compra de materiais, sempre buscando o menor custo e as melhores condições para a empresa. A administração pública também busca realizar as suas compras com o intuito de garantir, entre outros quesitos, o menor custo, respeitando-se os princípios presentes na Constituição Federal de 1988.

Um desses princípios, que une qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, é o princípio da

- (A) razoabilidade
- (B) economicidade
- (C) impessoalidade
- (D) moralidade
- (E) publicidade

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (CESGRANRIO - 2023)

Existem várias formas de identificação de produtos, dentre elas o código de barras, que é um sistema de identificação que consiste na

- (A) impressão gráfica de barras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (B) impressão gráfica de números nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (C) impressão gráfica de letras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (D) impressão gráfica de figuras nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.
- (E) colagem de letras e de números nas etiquetas ou nas próprias embalagens ou invólucros dos produtos.

2. (CESGRANRIO - 2024)

Qual é o principal aspecto da tecnologia de *block-chain* aplicada à logística?

- (A) Diminuição da importância da segurança de dados
- (B) Aumento da complexidade nas transações comerciais
- (C) Transparência e segurança aprimoradas nas transações
- (D) Redução na velocidade de processamento de transações
- (E) Aumento da necessidade de intermediários no processo de verificação

3. (CESGRANRIO - 2024)

Como a legislação influencia a logística reversa?

- (A) Limitando importações de difícil reciclagem.
- (B) Regulando o setor bancário, financeiro e de seguros.
- (C) Impondo regulamentações que exigem a participação das empresas em programas de logística reversa.
- (D) Normatizando currículos e qualificação dos professores.
- (E) Encorajando a produção de embalagens de uso único para facilitar o descarte.

4. (CESGRANRIO - 2022)

O diretor de uma cadeia de lanchonetes X se associou à empresa de transporte Y, que o atende, em busca de aumentar, conjuntamente, a sustentabilidade de suas operações. Assim, os caminhões que levam os alimentos para as lanchonetes X passaram a recolher o óleo utilizado nas cozinhas das lanchonetes, encaminhando-o para uma usina que transforma o óleo usado em biocombustível, que é utilizado para abastecer os veículos da empresa de transporte Y.

Nesse caso, observa-se que as empresas X e Y desenvolveram juntas uma técnica baseada nos princípios de

- (A) desnatamento
- (B) desintegração
- (C) logística reversa
- (D) integração horizontal
- (E) deseconomia de escala

5. (CESGRANRIO - 2023)

O rastreamento dos produtos proporciona diversos benefícios à empresa, como o aumento na eficiência das entregas e dos serviços de campo. Uma tecnologia de rastreamento muito utilizada é a RFID, que faz o rastreamento dos produtos por

- (A) satélite
- (B) radiofrequência
- (C) ultrassom
- (D) GPS
- (E) *bluetooth*

6. (CESGRANRIO - 2024)

Uma rede de restaurantes, atuando em oito bairros de uma cidade, com o início da pandemia de covid-19, optou por adotar inicialmente o delivery por meio de uma empresa que possui aplicativo bastante conhecido e com grande número de clientes e entregadores. Entretanto, ao longo dos meses, a rede percebeu a necessidade de se aproximar dos clientes dos bairros em que atua e das características criadoras de valor, como a qualidade da apresentação dos pratos na entrega. Para tal, construiu

um aplicativo de entregas próprio e exclusivo para atender a toda a rede. A decisão de desenvolver um aplicativo próprio, no sentido de aproximar-se novamente dos clientes, em termos de *Supply Chain Management*, é uma forma de

- (A) *assemble to stock*
- (B) cofabricação do cardápio
- (C) intermodalidade na cadeia
- (D) integração vertical para frente
- (E) *retail managed inventory*

7. (CESGRANRIO - 2023)

A cadeia de suprimentos integrada abrange todas as atividades relacionadas ao fluxo e à transformação de mercadorias, desde a extração de matérias-primas até a entrega final de um produto acabado ao cliente, sem falta ou excessos de estoques. Para que isso seja possível, é imprescindível que sejam feitas previsões de demanda, devidamente acompanhadas e revisadas periodicamente. Quando ocorre erro na previsão de demanda, esse erro se propaga de forma geométrica através de cada um dos atores do processo. A essa forma de propagação do erro dá-se o nome de

- (A) efeito chicote
- (B) erro cíclico
- (C) tempo de ciclo
- (D) teoria das restrições
- (E) logística reversa

8. (CESGRANRIO - 2023)

A atividade logística tem como finalidade planejar, operar e controlar todos os processos de suprimento ao longo de uma organização, envolvendo aquisição, transporte, gestão de estoques, armazenagem e distribuição a clientes. Contudo, sempre que uma empresa aumenta o nível de serviço oferecido aos seus clientes, existe a tendência de elevação dos custos, o que deve ser compensado com a redução de custos em outra atividade. Essa busca pelo equilíbrio dos custos é denominada

- (A) *lead-time*
- (B) *supply chain*
- (C) *benchmarking*
- (D) *trade-offs*
- (E) *lay down cost*

9. (CESGRANRIO - 2023)

Em uma estratégia de suprimentos, muitas vezes a organização se vê diante da decisão de “comprar ou fazer”. Essa decisão

(A) deve começar com uma avaliação da relação entre um produto ou serviço e as competências principais da empresa.

(B) está relacionada à prática de globalização de suprimentos, que facilitou a monitoração das atividades gerais dos fornecedores.

(C) tem como característica a terceirização de suas competências principais que, de forma geral, reduz riscos.

(D) dispensa uma análise detalhada do custo total de propriedade.

(E) constitui tão somente uma decisão financeira.

10. (CESGRANRIO - 2023)

O transporte de Gás Natural Liquefeito (GNL) é realizado por navios projetados especificamente para essa finalidade. Em termos de logística de transporte marítimo, esse tipo de embarcação requer sistemas de

- (A) centrifugação isopícnica a 5.000 rpm
- (B) aquecimento com caldeiras a vapor a 162 °C
- (C) filtração com porosidade menor que 150 mm
- (D) compressão capazes de suportar, no mínimo, 200 bar
- (E) armazenamento criogênicos em tanques a -162 °C

11. (CESGRANRIO - 2024)

Chegou aos ouvidos de um gestor de recursos humanos a informação de que estava circulando na empresa uma notícia infundada sobre demissões em massa. O gestor procurou informações sobre o que estava ocorrendo. Logo ele percebeu que a mensagem original sobre a demissão de um colaborador específico foi retirada do contexto, alterada e interpretada pelos colaboradores do setor como passível de ser expandida para todos, criando pânico entre as pessoas.

No caso, a comunicação organizacional enfrenta problemas advindos de

- (A) sobrecarga de informações
- (B) distorção de conteúdo
- (C) barreiras físicas
- (D) fonte emissora
- (E) falhas mecânicas

12. (CESGRANRIO - 2024)

O Mapeamento de Processo é uma técnica utilizada na gestão de processos com o objetivo de identificar gargalos, reduzir custos, garantir conformidade com regulamentações e promover a padronização de procedimentos.

DIREITO PENAL

1. (2026)

Em uma hipotética comunidade alegadamente religiosa, pais e mães passaram a manter relações sexuais consentidas com os próprios filhos, maiores de idade, seguindo orientação do pseudolíder religioso, o qual pregava que tal prática geraria descendentes supostamente puros e levaria à evolução da raça humana. Diante da evidente comoção social gerada, foi aprovada lei penal criminalizando tal conduta, a qual não apresenta qualquer vício de constitucionalidade.

Com base no contexto hipotético e em consonância com os princípios do Direito Penal, é correto afirmar que, de acordo com o princípio da

- (A) dignidade da pessoa humana, tal lei ofende a liberdade individual e a liberdade de culto.
- (B) legalidade, tal lei não poderá sancionar as relações sexuais praticadas antes de sua vigência.
- (C) taxatividade em matéria penal, tal lei não há de ser aplicada, tendo em vista ter sido criada em momento de comoção social.
- (D) anterioridade, tal lei apenas poderá sancionar as relações sexuais praticadas após sua publicação, independentemente de sua vigência.
- (E) individualização da pena, a lei poderia estabelecer duas sanções penais diversas, diferenciando os fatos praticados antes e após sua vigência.

2. (2024)

Relacione o princípio com a afirmativa com ele compatível:

- 1. Princípio da legalidade
- 2. Princípio da intervenção mínima
- 3. Princípio da culpabilidade
- 4. Princípio da humanidade

() Este princípio também é chamado de ultima ratio, implica na limitação do poder punitivo do Estado, segundo o qual a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de um determinado bem jurídico.

() De acordo com este princípio, é vedada a responsabilidade objetiva no direito penal.

() A ninguém pode ser imposta uma pena que não esteja prevista em lei.

() São vedadas penas que violem a dignidade humana.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 4 – 3 – 2 – 1.
- (C) 2 – 3 – 4 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 2 – 3 – 1 – 4.

3. (2026)

Bernardo foi condenado em 2022 por prática de um crime previsto na legislação penal vigente à época. No entanto, em 2025, uma nova lei entrou em vigor e deixou de considerar aquela conduta como criminosa. Bernardo, que ainda cumpria pena pela condenação, procurou um advogado para entender se poderia ser beneficiado pela nova legislação.

Diante da situação, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Bernardo deverá cumprir integralmente sua pena, pois a nova lei não retroage para beneficiar condenações anteriores.
- (B) Bernardo poderá continuar cumprindo pena normalmente, pois a nova lei só vale para crimes cometidos após sua entrada em vigor.
- (C) Bernardo continuará a cumprir pena, mas poderá solicitar a redução do tempo de condenação.
- (D) Bernardo poderá deixar de cumprir a pena, pois ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- (E) Bernardo apenas poderá pedir revisão da pena se tiver cumprido ao menos metade da condenação antes da entrada em vigor da nova lei.

4. (2022)

No que se refere à lei penal no tempo, assinale a opção **correta**.

- (A) No crime permanente, ocorrendo a sucessão de duas leis penais, aplica-se, de regra, somente a mais benéfica ao réu.
- (B) A lei penal pode ser revogada durante o período

de *vacatio legis*.

(C) Lei nova que, de alguma forma, beneficie o réu não é aplicável na fase da execução penal.

(D) O emprego da analogia, ainda que desfavorável ao réu, é admitido no direito penal brasileiro.

(E) A lei intermediária possui somente caráter retroativo.

5. (2019)

No que tange à aplicação da lei penal, a lei penal nova que

(A) diminui a pena de crime contra a ordem tributária não retroage.

(B) tipifica penalmente a conduta de deixar de cumprir alguma obrigação fiscal acessória retroage.

(C) torna atípica determinada conduta aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) estabelece nova hipótese de extinção de punibilidade não se aplica aos fatos anteriores.

(E) torna atípica determinada conduta cessa os efeitos penais da sentença condenatória decorrente dessa prática, ainda que já tenha transitado em julgado.

6. (2023)

A definição do local e do tempo do crime é de suma importância para determinar se havia ou não lei penal definindo a conduta como típica; o lugar em que a ação penal será processada e o acusado julgado; e qual a legislação aplicável no caso concreto.

Em relação à lei penal no tempo e no espaço, com base no Código Penal, marque a alternativa incorreta:

(A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

(C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

(D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

(E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando

em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

7. (2019)

Inconformado com o comportamento de seu vizinho, que insistia em importunar sua filha de 15 anos, Mário resolve dar-lhe uma “lição” e desfere dois socos no rosto do importunador, nesse momento com o escopo de nele causar diversas lesões. Durante o ato, entendendo que o vizinho ainda não havia sofrido na mesma intensidade do constrangimento de sua filha, decide matá-lo com uma barra de ferro, o que vem efetivamente a acontecer.

Descobertos os fatos, o Ministério Público oferece denúncia em face de Mário, imputando-lhe a prática dos crimes de lesão corporal dolosa e homicídio, em concurso material. Durante toda a instrução, Mário confirma os fatos descritos na denúncia.

Considerando apenas as informações narradas e confirmada a veracidade dos fatos expostos, o(a) advogado(a) de Mário, sob o ponto de vista técnico, deverá buscar o reconhecimento de que Mário pode ser responsabilizado

(A) apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da consunção, tendo ocorrido a chamada progressão criminosa.

(B) apenas pelo crime de homicídio, por força do princípio da alternatividade, sendo aplicada a regra do crime progressivo.

(C) apenas pelo crime de homicídio, com base no princípio da especialidade.

(D) pelos crimes de lesão corporal e homicídio, em concurso formal.

8. (2023)

A conduta agente prevista e punida pela lei penal que tem como causa a imprudência, negligência ou imperícia configura o crime

(A) culposos.

(B) dolosos.

(C) preterdolosos.

(D) comissivos por omissão.

(E) omissivos.

9. (2022)

Gabriel, lutador profissional de boxe na categoria peso pesado, assistia a um jogo de futebol em um bar. Em determinado momento, inconformado com a derrota de seu time, desferiu um soco na cabeça de uma mulher que estava ao seu lado e que também lamentava

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2025)

Em relação aos princípios constitucionais e informadores do processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

(A) A ação penal privada subsidiária da pública tem previsão constitucional e visa assegurar ao Ministério Público a possibilidade de exercer a pretensão punitiva quando, nos casos de ação penal privada, houver inércia do ofendido.

(B) Como consectário da dignidade da pessoa humana, em nenhuma hipótese o civilmente identificado pode ser submetido à identificação criminal.

(C) A CF determina que o preso deverá ser informado do direito de permanecer calado e assegura-lhe, entre outras garantias, a assistência da família e de advogado, conferindo a ele, ainda, o direito à identificação da pessoa responsável por sua prisão ou seu interrogatório.

(D) A garantia da inviolabilidade domiciliar é ressaltada nas hipóteses de determinação judicial e de flagrante delito, desde que, em ambos os casos, o ingresso não consentido ocorra durante o dia.

(E) A CF prevê o tribunal do júri como órgão competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando-lhe o sigilo das votações, a ampla defesa e a soberania dos veredictos.

2. (2024)

Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

(A) I.

(B) II.

(C) I e II.

(D) I e III.

(E) II e III.

3. (2023)

O princípio da confiança no juiz da causa é

(A) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.

(B) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.

(C) princípio que, à semelhança do princípio do duplo grau de jurisdição, está previsto expressamente na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Estado Brasileiro é signatário.

(D) suposto princípio que viola os princípios do contraditório e da identidade física do juiz ao admitir, ainda que em casos excepcionais, a produção probatória por juízo diverso do sentenciante.

(E) princípio que está em consonância com a figura do juiz das garantias, prevista a partir da Lei federal nº 13.964/2019, porém atualmente com sua eficácia suspensa.

4. (2023)

Sobre o juiz de garantias, conforme sistemática a ser introduzida no processo penal, de acordo com a alteração promovida pela Lei nº 13.964/2019, assinale a alternativa **correta**.

(A) Trata-se de juiz, cuja atuação ocorre na fase pré-processual, aplicando-se a todo e qualquer procedimento na esfera penal.

(B) Trata-se de juiz, cuja atuação ocorre na fase pré-processual, na maioria dos procedimentos, em primeiro grau, para fortalecimento do sistema acusatório e da própria imparcialidade do juiz que atuará, depois, na fase de instrução.

(C) Trata-se de juiz, cuja atuação ocorre na fase processual, durante a instrução criminal, para fortalecimento do sistema inquisitivo.

(D) Trata-se da criação de uma nova instância de julgamento, prejudicando o princípio da duração razoável do processo.

(E) Trata-se de uma espécie de juiz inquisidor, em prol da efetividade da investigação.

5. (2025)

Sobre as disposições legais acerca do inquérito policial:

(A) o prazo para o encerramento do inquérito policial no caso de tráfico de drogas e estando o investigado preso será de 45 dias corridos, sem prorrogação.

(B) a decisão que determina o arquivamento dos autos investigativos diante da manifestação acusatória pela ausência de provas de autoria faz coisa julgada formal e material.

(C) é dever da autoridade policial, ao final das investigações, fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado, tecendo opinião concreta e fundamentada acerca da culpabilidade do investigado.

(D) nos crimes de calúnia praticados contra sujeito passivo comum, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentar a respectiva queixa-crime.

(E) do arquivamento realizado pelo Delegado de Polícia, caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias contados da intimação pessoal do Defensor Público.

6. (2024)

No que se relaciona à incomunicabilidade do acusado, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Penal (CPP).

I A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

II A incomunicabilidade, que não excederá de três dias, será decretada por despacho fundamentado do juiz, a requerimento da autoridade policial, desde que oficiada pelo órgão do Ministério Público.

III Nos crimes contra a saúde pública, a incomunicabilidade só poderá ser decretada se houver requerimento do ministro da Justiça.

Assinale a opção **correta**.

(A) Nenhum item está certo.

(B) Apenas o item I está certo.

(C) Apenas o item II está certo.

(D) Apenas o item III está certo.

(E) Todos os itens estão certos.

7. (2024)

Thiago, delegado de polícia, tomou conhecimento de que, na circunscrição da sua unidade policial, houve o roubo de um caminhão da loja XYZ, com a subtração da integralidade da carga que estava em seu interior, o que gerou forte repercussão na imprensa local.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a autoridade policial deflagrará um inquérito policial:

(A) mediante requisição do Ministro da Justiça, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública condicionada à representação;

(B) mediante representação do ofendido, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública condicionada à representação;

(C) mediante requerimento do Ministério Público, que é o titular exclusivo da ação penal de iniciativa pública;

(D) de ofício, pois o crime de roubo é persequível mediante ação penal pública incondicionada;

(E) de ofício, desde que comprove a forte repercussão dos fatos na imprensa local.

8. (2023)

Com relação ao inquérito policial, assinale a alternativa **correta**.

(A) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito mediante requisição do ofendido ou da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

(B) A lei processual penal não prevê prazo para término do inquérito quando o indiciado estiver solto.

(C) É irrecorrível o despacho que indefere o requerimento de abertura do inquérito policial.

(D) A reprodução simulada dos fatos não será realizada, apenas, em duas hipóteses: se não for útil ao esclarecimento dos fatos ou se ofender à ordem pública.

(E) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

DIREITO CIVIL

1. (2026)

Marcos, com 17 anos de idade, é estudante universitário e foi aprovado em concurso público municipal, passando a ocupar cargo de auxiliar administrativo, com vínculo efetivo. Com o salário que recebe, mantém-se financeiramente sem auxílio dos pais. Seus pais, visando a apoiá-lo no desenvolvimento profissional, lavraram instrumento público autorizando-o a administrar um comércio eletrônico próprio, no qual ele atua regularmente.

Meses depois, Marcos celebrou contrato de financiamento com instituição financeira para aquisição de equipamentos destinados ao seu negócio. O contrato não contou com a assinatura dos pais. Após o inadimplemento, o banco ajuizou ação de cobrança. A defesa sustenta que Marcos não poderia celebrar o contrato sozinho, pois o instrumento público de autorização não lhe confere plena capacidade civil.

Com base nas normas do Código Civil, é **correto** afirmar, em relação a essa situação hipotética, que:

- (A) o contrato é anulável, pois Marcos é relativamente incapaz em razão da idade e a autorização dos pais não convalida o negócio;
- (B) Marcos é plenamente capaz para celebrar o contrato, pois o exercício de emprego público efetivo constitui hipótese de emancipação legal;
- (C) o contrato é nulo, pois a autorização lavrada por instrumento público não supre a incapacidade relativa, sendo insuscetível de convalidação mesmo se Marcos tiver economia própria;
- (D) Marcos é relativamente incapaz, mas o contrato é válido, porque a autorização para administrar comércio eletrônico supre a assistência para a realização de atos correlatos ao negócio;
- (E) Marcos é relativamente incapaz, pois o instrumento público de autorização dos pais, embora constitua forma de emancipação voluntária, não gera capacidade plena para atos de natureza financeira.

2. (2026)

Carlos era tripulante de uma embarcação que naufragou durante uma forte tempestade em alto-mar. Após o acidente, vários corpos foram encontrados, mas Carlos jamais foi localizado. Passados alguns meses sem qualquer notícia sobre seu paradeiro, sua família buscou orientação jurídica sobre a possibilidade de reconhecimento de sua morte para fins sucessórios.

À luz do Código Civil, a morte presumida

- (A) somente pode ser declarada após o procedimento completo de ausência, com abertura da sucessão definitiva.
- (B) pode ser declarada sem decretação de ausência quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (C) sem decretação de ausência depende do transcurso do prazo mínimo de cinco anos de desaparecimento.
- (D) somente pode ser declarada após a abertura da sucessão provisória dos bens do desaparecido.
- (E) exige necessariamente a prévia decretação judicial de ausência.

3. (2025)

Considere as seguintes situações:

1. Leonardo, 17 anos de idade, casou-se aos 16 anos.
2. Graziella, que completou 17 anos de idade há seis meses, foi emancipada por seus pais, na última semana, mediante instrumento público, sem homologação judicial.

A incapacidade

- (A) cessou para Leonardo e Graziella.
- (B) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, pois, no caso de Graziella, a emancipação não pode ser concedida por instrumento público, mas só por sentença judicial.
- (C) cessou para Leonardo, apenas.
- (D) cessou para Graziella, apenas.
- (E) não cessou nem para Leonardo nem para Graziella, podendo cessar para Graziella se o instrumento público for homologado judicialmente.

4. (2022)

O Art. 4º do Código Civil relata que não são incapazes, relativamente, a certos atos ou à maneira de os exercer:

- (A) os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.
- (B) os ébrios habituais.
- (C) os viciados em tóxico.
- (D) os pródigos.
- (E) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

5. (2020)

Da personalidade e da capacidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.
- (B) Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (C) A existência de relação de emprego particular cessara a incapacidade dos menores, independentemente de economia própria.
- (D) Os ébrios habituais são relativamente incapazes.
- (E) Cessará a incapacidade pela concessão dos pais, mediante instrumento público, desde que com a devida homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.

6. (2024)

“A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV). Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (art. 5º, Ve X). A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação.”

(SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 39.ed., 2016, p. 203

O texto acima relaciona-se com

- (A) a responsabilidade civil contratual.
- (B) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.
- (C) os direitos da personalidade.

(D) a responsabilidade civil por danos exclusivamente materiais.

(E) o direito de família.

7. (2024)

A respeito dos direitos da personalidade conforme disposição no Código Civil, é válida, para depois da morte, no todo ou em parte, com objetivo(s)

- (A) exclusivamente científico, a disposição gratuita do próprio corpo.
- (B) exclusivamente altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo.
- (C) científico ou altruístico, não podendo ser revogada a autorização da disposição do próprio corpo, após sua concessão.
- (D) altruístico e científico, a disposição onerosa do próprio corpo, desde que em moeda nacional.
- (E) científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo.

8. (2022)

Luiza, maior e capaz, é travesti e gostaria de alterar seu nome e sexo no registro civil de nascimento. De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 4275, a alteração é possível sem a necessidade de cirurgia de transgenitalização

- (A) extrajudicialmente, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
- (B) judicialmente, apenas, independentemente de tratamento hormonal ou perícia psicossocial.
- (C) extrajudicialmente, mediante a realização de perícia psicossocial.
- (D) judicialmente, apenas, mediante a realização de perícia psicossocial.
- (E) extrajudicialmente, mediante a realização de terapia hormonal.

9. (2021)

Em 2004, foi veiculado um programa televisivo que dramatizava um brutal assassinato ocorrido em 1958, o que levou familiares da vítima a ajuizar uma ação com a pretensão de reparação de danos morais, materiais e à imagem decorrentes da exibição do programa, sustentando o direito ao esquecimento em relação à tragédia familiar ocorrida há tanto tempo. O pedido foi indeferido em primeira e segunda instância e, em recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese em repercussão geral que o direito ao esquecimento

(A) foi contemplado expressamente pelo texto

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2024)

O direito fundamental ao contraditório é pilar fundador do Estado Democrático de Direito. Com efeito, a possibilidade de se manifestar no curso do processo é essencial à tutela de direitos em juízo.

Sobre tal direito, assinale a alternativa **correta**.

(A) Segundo o Código de Processo Civil, todas as hipóteses de concessão de tutela provisória da evidência dispensam o contraditório prévio.

(B) O direito ao contraditório deve ser promovido pelas partes, individual e conjuntamente, podendo ser dispensada a atuação do juiz em zelar pelo efetivo contraditório.

(C) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D) Na acepção do Código de Processo Civil, o contraditório em seu aspecto formal é assegurado, não havendo exigência de atendimento ao contraditório substancial, o qual dependerá de decisão judicial específica.

(E) Como regra, o contraditório poderá ser postergado pelo juiz, cabendo às partes se manifestar após a decisão judicial, em nome da duração razoável do processo.

2. (2024)

Acerca do disposto no Código de Processo Civil, considere as seguintes assertivas:

“I - O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

“II - Os processos em que a Fazenda Pública seja parte se constituem em exceção à regra de que os juízes e os tribunais devem atender, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão”.

“III - É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em

quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado”.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

(E) II, apenas.

3. (2023)

No que concerne aos princípios processuais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF) e às disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito das normas processuais fundamentais e da jurisdição, assinale a opção **correta**.

(A) É dever dos juízes e dos tribunais respeitar a ordem cronológica de conclusão dos processos para proferir sentenças ou acórdãos, sendo nula a decisão que não a observar.

(B) De acordo com o princípio da não surpresa, em nenhum grau de jurisdição o juiz poderá decidir com base em fundamentos sobre os quais as partes não tenham tido a oportunidade de se manifestar, exceto as matérias sobre as quais deva decidir de ofício.

(C) O princípio do devido processo legal, no aspecto substancial, consiste na exigência constitucional e legal de que ninguém poderá ser privado de seus bens e de sua liberdade sem a observância das garantias processuais mínimas, como o contraditório e o juiz natural.

(D) A mediação, a conciliação e a arbitragem são métodos autocompositivos de solução de conflitos admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

(E) O princípio da duração razoável do processo compreende o direito à solução integral de mérito, incluída a atividade satisfativa.

4. (2019)

Renato ajuizou ação de cobrança contra Paulo, julgada procedente em primeiro grau. No julgamento do recurso de apelação interposto pelo réu, o Tribunal pronunciou a prescrição de ofício, sem conceder às

partes a oportunidade de se manifestarem sobre essa matéria, que não havia sido previamente ventilada no processo. De acordo com o que está disposto no Código de Processo Civil, o acórdão que decidiu o recurso de apelação é

- (A) nulo, pois a prescrição não pode ser pronunciada de ofício.
- (B) válido, pois a prescrição é matéria que pode ser apreciada de ofício, circunstância que dispensa prévia manifestação das partes.
- (C) válido, pois, quando reconhecida em segundo grau de jurisdição, a prescrição pode ser pronunciada de ofício sem que antes seja dada oportunidade às partes de se manifestarem sobre ela.
- (D) nulo, pois o juiz não poderá decidir com base em fundamento acerca do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestarem, nem mesmo em segundo grau de jurisdição, ainda que se trate de matéria pronunciável de ofício.
- (E) nulo, pois o Tribunal não pode decidir com base em fundamento que não foi ventilado em primeiro grau de jurisdição, em virtude da preclusão.

5. (2025)

Com base nas regras previstas no CPC a respeito da competência, assinale a opção correta.

- (A) É competente o foro da situação da coisa para a propositura de ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, até mesmo aeronaves.
- (B) A competência é fixada por ocasião da distribuição da petição inicial, devendo-se considerar, contudo, eventuais alterações nos critérios de fixação da competência em razão do território, do valor ou da matéria.
- (C) A ação fundada em direito real sobre bens móveis deve ser proposta, em regra, de acordo com o critério *lex rei sitae*.
- (D) Em demanda em que seja ré sociedade sem personalidade jurídica, a competência é fixada de acordo com o domicílio do autor.
- (E) A ação possessória imobiliária deve ser proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

6. (2024)

André intentou ação popular, pleiteando a declaração de nulidade de contrato celebrado entre a Administração Pública e a sociedade empresária X. De acordo com a petição inicial, o contrato impugnado,

além de lesivo ao patrimônio público, foi fruto de desvio de finalidade, consubstanciado no propósito de favorecer a empresa contratada. A peça exordial foi distribuída no dia 27 de fevereiro de 2024 a um juízo dotado de competência para matéria fazendária de uma determinada comarca. Após o juízo positivo de admissibilidade da ação, as citações dos litisconsortes passivos ocorreram nos dias 25 e 28 de março de 2024.

Ignorando a iniciativa de André, Bruno também ajuizou ação popular para ver declarado nulo o mesmo contrato, estribando-se, para tanto, no argumento de que a avença padecia de vícios de forma e de incompetência do agente estatal que a firmara. A petição inicial foi distribuída a um outro juízo fazendário da mesma comarca, o que se deu no dia 05 de março de 2024, efetivando-se as citações, após o juízo positivo de admissibilidade da demanda, nos dias 18 e 21 de março de 2024.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que

- (A) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.
- (B) está configurada a conexão entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.
- (C) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de André.
- (D) está configurada a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos ser reunidos para processamento e julgamento simultâneos pelo juízo ao qual foi distribuída a petição inicial de Bruno.
- (E) não está configurada a conexão nem a continência entre as ações populares, devendo os respectivos feitos tramitar separadamente perante os juízos aos quais foi distribuída cada petição inicial.

7. (2024)

A respeito da arguição de incompetência, é **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) A parte que arguir incompetência relativa poderá suscitar conflito de competência.
- (B) Caso a alegação de incompetência seja acolhida,



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!